

CAOSAÚDE

Centro de Apoio
Operacional da Saúde
Ministério Público do Estado do Ceará

E-mail: caosaude@mpce.mp.br

Fone: 3265-1641/(85)8685-9580

InfoSaúde

o informativo sobre saúde do MPCE



ANO I – INFORMATIVO nº 0007/2022

Fortaleza, 01 de outubro de 2022

ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

1- DECON autua Lojas Americanas por comércio de cigarro eletrônico em seu site

12 de setembro

2- MPCE apresenta resultados do Grupo de Trabalho Covid-19

12 de setembro

3- MPCE monitora ações do Estado e do Município de Fortaleza para reforçar vacinação de crianças e adolescentes contra a Covid-19

15 de setembro

4- MPCE cobra explicações do Governo do Estado sobre critérios de convocação dos aprovados nos concursos da Seduc e da Funsaude

19 de setembro

5- Vidas Preservadas promove evento com a temática do Setembro Amarelo na Praça do Ferreira em Fortaleza

20 de setembro

6- DECON requer explicações da Unimed Fortaleza sobre encerramento do atendimento de urgência e emergência no Hospital São Carlos

22 de setembro

NO SITE DO CAOSAÚDE VOCÊ ENCONTRA

Relação da Rede de Saúde Mental RAPS - Ceará

Outros espaços de atendimento psicológico em Fortaleza

Monkeypox

Cobertura Vacinal Infantil

Atenção Primária à Saúde (APS)

Campanha: Nem um nem outro (cigarros eletrônicos)

NOTÍCIAS RELEVANTES

Vacina que protege contra catapora está disponível na campanha nacional
(Ministério da Saúde)
02 de setembro

Vacina BCG protege o organismo contra a tuberculose
(Ministério da Saúde)
12 de setembro

Medicamento para tratamento do câncer de mama é incorporado ao SUS
(Ministério da Saúde)
13 de setembro

CAOSAÚDE

Centro de Apoio
Operacional da Saúde
Ministério Público do Estado do Ceará

E-mail: caosaude@mpce.mp.br

Fone: 3265-1641/(85)8685-9580



Saúde reforça importância do diagnóstico precoce da Doença de Alzheimer para evitar progressão rápida da doença
(Ministério da Saúde)

21 de setembro

Tabaco e derivados são os principais causadores de problemas pulmonares
(Ministério da Saúde)

24 de setembro

Brasil atinge 52% de cobertura vacinal contra a poliomielite; entenda a importância da vacinação
(Ministério da Saúde)

26 de setembro

SOBRE SAÚDE MENTAL

Transtorno bipolar afeta cerca de 140 milhões de pessoas no mundo
(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Anualmente, mais de 700 mil pessoas cometem suicídio, segundo OMS
(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Transtornos de ansiedade podem estar relacionados a fatores genéticos
(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Formação para atendimentos em saúde mental capacita profissionais do SAMU
(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Luto prolongado é um transtorno mental, segundo a Organização Mundial da Saúde
(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

JURISPRUDÊNCIAS RECENTES

Superior Tribunal de Justiça

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 14.128, DE 26 DE MARÇO DE 2021. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA AOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE. COVID-19. MORTE OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE PARA O TRABALHO. POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL. AUSÊNCIA DE INTERFERÊNCIA NO REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO OU ALTERAÇÃO NAS ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. LEGISLAÇÃO INSTITUÍDA COM BASE NO REGIME EXTRAORDINÁRIO FISCAL DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 106/2020 E N. 109/2021. ENFRENTAMENTO DA CRISE SANITÁRIA CAUSADA PELA COVID-19 E DE SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS. ART. 167-D DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RECONHECIMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA E PROLONGAMENTO DA CRISE SANITÁRIA CAUSADA PELA COVID19. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE.

1. Instruído o feito nos termos do art. 10 da Lei n. 9.868/1999, é de cumprir-se o princípio constitucional da duração razoável do processo, com o conhecimento e julgamento definitivo de mérito da ação direta por este Supremo Tribunal, ausente a necessidade de novas informações. Precedentes. 2. É formalmente constitucional a Lei n. 14.128/2021 por não dispor sobre regime jurídico de servidores públicos da União ou interferir nas atribuições de órgãos da Administração Pública federal. 3. É constitucional a compensação financeira de caráter indenizatório prevista na Lei n. 14.128/2021, inserida no regime fiscal excepcional disposto nas Emendas Constitucionais n. 106/2020 e n. 109/2021, no contexto de enfrentamento das “consequências sociais e econômicas” da crise sanitária da Covid-19. 4. Ação direta de inconstitucionalidade: conversão do julgamento da medida cautelar em definitivo de mérito; improcedência do pedido formulado na ação para declarar constitucional o disposto na Lei n. 14.128, de 26 de março de 2021.

(ADI 6970, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 16/08/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-171 DIVULG 26-08-2022 PUBLIC 29-08-2022).

CAOSAÚDE

Centro de Apoio
Operacional da Saúde
Ministério Público do Estado do Ceará

E-mail: caosaude@mpce.mp.br

Fone: 3265-1641/(85)8685-9580



JURISPRUDÊNCIAS RECENTES

NOTA IMPORTANTE

Nova publicação do STF reúne jurisprudência sobre planos de saúde e rol de procedimentos da ANS

[...] O objetivo desse trabalho é divulgar a jurisprudência do STF, a doutrina existente nas bibliotecas cooperantes da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) e a legislação sobre o assunto, oferecendo aos interessados insumos para avançar na compreensão da matéria.

A obra disponibiliza ainda conteúdo jurisprudencial recente e atual sobre planos de saúde, com o objetivo de auxiliar os atores da Justiça com informações de como a Suprema Corte e seus órgãos colegiados aplicam as regras constitucionais, processuais e regimentais relacionadas ao assunto. [...]

LEGISLAÇÕES RECENTES

ÂMBITO FEDERAL

Lei nº 14.454/22

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer critérios que permitam a cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar.

INSTRUMENTOS NORMATIVOS

Portaria GM/MS nº 3.418, de 31 de agosto de 2022

Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir a monkeypox (varíola dos macacos) na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

CURIOSIDADES

Entenda as diferenças entre alergia e intolerância alimentar

(Ministério da Saúde)

19 de setembro

Entre 5% e 8% da população mundial apresenta Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade

(Ministério da Saúde)

20 de setembro

Pacientes do Ceará podem acompanhar em tempo real posição na fila de espera de cirurgias

(Câmara Municipal de Fortaleza)

2021